

O agroextrativismo do Cerrado em perspectiva

Perspectives on agroextractive activities in the Cerrado

Panelistas: Aldicir Scariot, João D'Angelis, Luís Carrazza e Sandra Afonso

Editores: Janaína Diniz e Mônica Nogueira

DEBATE

APRESENTAÇÃO

O presente debate dá continuidade às discussões que nortearam o Seminário Internacional “Inovacerrado: inovações para a valorização de produtos da agricultura familiar e do agroextrativismo no contexto do Cerrado”, realizado em dezembro de 2013, na Universidade de Brasília, campus de Planaltina, em uma cooperação entre Brasil e França.

Participam do debate profissionais de órgãos de governo e da sociedade civil, atuando nos campos da pesquisa, da formulação e da implementação de políticas públicas e da assistência técnica a empreendimentos do agroextrativismo no Cerrado. Os debatedores convidados são: **Aldicir Scariot**, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) Recursos Genéticos, especialista em manejo e conservação de biodiversidade e restauração ecológica, com ênfase no Cerrado; **João D'Angelis**, assessor da Direção de Política Agrícola e Informações (DIPAI) da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); **Luís Carrazza**, Diretor Executivo da Cooperativa Central do Cerrado; **Sandra Afonso**, Coordenadora de Inclusão Produtiva, da Gerência Executiva de Florestas Comunitárias do Serviço Florestal Brasileiro (SFB). Juntos, no esforço de refletir sobre as particularidades, potenciais e desafios do agroextrativismo no Cerrado, os debatedores oferecem um rico panorama sobre o tema, construído com base no diálogo entre diferentes perspectivas institucionais.

As questões que orientam o debate focalizam a sustentabilidade dos sistemas de produção agroextrativista no Cerrado, bem como as inovações institucionais na comercialização e acesso a mercados, na assistência técnica e extensão rural. Em muitos momentos do debate o agroextrativismo no Cerrado é contrastado com o extrativismo na Amazônia - comparação esta que foi, inclusive, o ponto de partida das discussões que seguem transcritas. Afinal, a exploração da borracha na

Amazônia, entre os séculos XIX e XX, é referência fundadora do campo teórico e prático dedicado aos sistemas produtivos extrativistas no Brasil.

Para Bursztyn¹, os ciclos da borracha foram menos predatórios que as formas atuais de ocupação humana e econômica na região amazônica, em grande parte por causa das condições tecnológicas da época, que não permitiam o esgotamento dos recursos explorados. Tendo em perspectiva outros contextos em que se pratica o extrativismo, particularmente no Cerrado, poderíamos nos indagar se as condições tecnológicas (históricas e atuais) favorecem ou prejudicam a manutenção dessa atividade ao longo dos anos. O que mantém o extrativismo em muitos locais, em todo o planeta? As populações extratoras são, de fato, as mais pobres e vulneráveis, como sugerem alguns autores?²

Nas duas últimas décadas, especialmente após a Rio-92, nota-se também o crescimento no número de iniciativas que buscam associar a exploração econômica de produtos florestais não madeireiros (PFNM) por comunidades locais e as estratégias de conservação de florestas tropicais - em um esforço de se manter a “floresta em pé”. Na Amazônia, houve diversos projetos com essa natureza, que inspiraram o surgimento de iniciativas similares no Cerrado.

Desse processo, que pode ser entendido como um processo de reconfiguração de sistemas produtivos extrativistas, emergem novas questões. Na medida em que produtos extrativistas passam a ser valorizados e estimulam o aumento da demanda, como é possível garantir o atendimento a um mercado consumidor crescente, combinado com a conservação ambiental? O inevitável desaparecimento do extrativismo, sinalizado nos diversos estudos do pesquisador Alfredo Homma,³ também pode ser esperado no contexto do Cerrado? Para ele, o extrativismo vegetal só pode se manter se houver mercado limitado, se ocorrer elevação dos estoques de recursos ou se for impossível cultivar as espécies vegetais objeto da extração. O caso do açaí na Amazônia parece confirmar essa teoria e suscita reflexões. Haveria um caso semelhante no Cerrado?

Por outro lado, os esforços recentes na reconfiguração de sistemas produtivos extrativistas vêm gerando inovações tecnológicas e sociais. Além disso, políticas públicas, mais ou menos específicas, vêm sendo modeladas, implementadas e testadas com o intento de consolidar e fortalecer a atividade extrativista no país. Dedicar tempo à reflexão sobre esses processos e os seus resultados é oportuno, pois permite colocar em perspectiva uma experiência social em curso. Mas, permite também reunir elementos que podem contribuir para a formulação de novas perguntas de pesquisa, social e cientificamente relevantes.

SeD: Ao nos referirmos ao extrativismo, em geral, designamos a coleta não destrutiva de produtos florestais não madeireiros (PFNM) de origem vegetal (folhas, frutos, castanhas, sementes óleos, entre outros) para usos diversos (alimentícios, medicinais, cosméticos). Tendo em vista tratar-se de atividade extrativa de recursos da biodiversidade, o extrativismo pode adquirir contornos



particulares, a depender do contexto em que se realiza. No caso do extrativismo no Cerrado, quais são as especificidades que merecem destaque?

Sandra Afonso: O Cerrado se caracteriza por uma alta diversidade biológica, de modo que são muitas as espécies passíveis de aproveitamento. O extrativismo no Cerrado é uma atividade que se realiza sempre de forma associada à agricultura familiar. Essa é uma das suas principais especificidades, a de se caracterizar antes como agroextrativismo, e não apenas como extrativismo, ou seja, com foco exclusivo na coleta de produtos florestais não madeireiros.

João D'Angelis: Seguramente, existem três aspectos a serem considerados: o ecológico, o cultural e o econômico. Do ponto de vista ecológico, a dispersão de plantas no Cerrado permite técnicas de extrativismo menos onerosas, que implicam em menos esforços de trabalho e menos investimento do que no extrativismo amazônico, que demanda a manutenção de varadouros e caminhos, o que é relativamente caro. Ou seja, no Cerrado é possível se fazer extrativismo de carroça, o que permite que a prática se realize em toda parte. Além disso, temos a presença de corredores de extrativismo associados a características ecológicas de microambientes específicos do bioma. Ou seja, essas rotas naturais favorecem a atividade extrativa no Cerrado. A outra questão é relacionada à cultura. O extrativismo no Cerrado está associado a culturas gastronômicas próprias de microrregiões do bioma, bem como a outras tradições e a modos de vida particulares. Por fim, do ponto de vista econômico, a fisionomia econômica da atividade é completamente diferente das que existem na Amazônia e no Nordeste. Se tomarmos a carnaúba no Nordeste, como exemplo, e a borracha e a castanha na Amazônia, notamos que há grandes empresas ancorando essas cadeias e promovendo arranjos em torno desses produtos, inclusive em escala internacional. No Cerrado, não temos a presença dessas empresas; nenhum grande negócio opera e organiza as cadeias do extrativismo ou estabelece conexões internacionais.

Luís Carrazza: Eu enfatizaria, como particularidade do extrativismo no Cerrado, a relação entre cultura e conservação ambiental. O extrativismo no Cerrado ocorre exatamente onde as comunidades resistiram e hoje atuam como guardiãs da biodiversidade. Nesses lugares, o extrativismo acontece principalmente em função do modo de vida das comunidades. Agora os produtos começam a despontar como alternativa econômica. Mas, desde a sua origem, com uma relação muito forte com os modos de vida de comunidades locais, que fazem uso dos recursos nativos do Cerrado para fins alimentícios, de moradia, medicinais, de produção de utensílios domésticos, de caça, de pesca. São fibras, corantes, frutas, raízes, folhas, extraídos da natureza para fins diversos. Além disso, poucos produtos do extrativismo no Cerrado têm uma importância econômica isolada, de forma individual. Temos o babaçu, o pequi e alguns outros frutos que têm um destaque maior, mas é na diversidade que as coisas acontecem, como destacou Sandra Afonso.

Aldicir Scariot: Se comparado ao extrativismo da Amazônia, o extrativismo do Cerrado é favorecido pelo fácil deslocamento, como chamou a atenção João D'Angelis. Mas, vale lembrar, que na Amazônia o extrativista geralmente tem acesso

a maiores extensões de terra, não porque as plantas estejam mais dispersas, mas porque lá há mais área disponível e no Cerrado há menos área disponível. Aqui, boa parte da área já se tornou propriedade privada e o extrativismo precisa de áreas extensas para se realizar. Então, geralmente o lote ou a propriedade do agroextrativista - porque é realmente isso, agroextrativista - é insuficiente para o desenvolvimento da atividade. Então, ele tem que usar a área dos outros, quer sejam reservas, quer sejam áreas de vizinhos ou de fazendeiros, o que não é tanto o caso da Amazônia, onde as áreas são, na maior parte, áreas devolutas. Essa é uma questão fundamental e que leva a conflitos por acesso ao recurso.

Sandra Afonso: Vale acrescentar que na Amazônia as reservas legais correspondem a 80% das propriedades rurais, enquanto no Cerrado elas se limitam a apenas 20%. Esse é outro aspecto que contribui para que tenhamos áreas menos extensas para a prática do extrativismo no Cerrado.

SeD: Há autores (NEUMANN; HIRSCH, 2000; SUNDERLIN *et al.*, 2007)⁴ que apontam a existência de uma correlação entre práticas extrativistas e pobreza. Ou seja, as populações que ainda vivem do extrativismo são as mais pobres em todo o mundo. É possível refutar ou confirmar essa hipótese com base nas experiências do agroextrativismo no Cerrado? Por quê?

Luís Carrazza: Essa questão nos provoca a refletir sobre o que é pobreza e o que não é pobreza; esse é o ponto. A primeira vez que fui ao Vale do Jequitinhonha, mesorregião do estado de Minas Gerais, fui preparado para deparar-me com a miséria extrema, em um cenário marcado pela seca. Mas fiquei impressionado quando lá cheguei, porque o que vi foi riqueza, embora em um sentido diferente do que estamos habituados: muita cooperação, mutirão entre famílias, pessoas vivendo em comunidade, até mesmo para superar as dificuldades e a falta de dinheiro. De fato, as casas, muitas sem energia elétrica, sem água, sem esgoto, não têm geladeira ou outros bens de consumo. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é baixo, mas, em termos de outros valores, para além do econômico, há uma qualidade de vida muito acima das periferias das grandes cidades brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro ou Belo Horizonte, por exemplo. Se enfocarmos apenas o poder aquisitivo – porque se confunde muito pobreza com baixo poder aquisitivo -, então estamos falando de uma população pobre e que, historicamente, vem fornecendo à sociedade produtos do extrativismo, principalmente por meio de atravessadores, que levam essas matérias-primas para empresas, indústrias e centros de consumo. Os agroextrativistas ficam, portanto, invisíveis nessa história. Muitas vezes a gente tem acesso ao produto e nem sabe de onde ele vem, porque a sua origem se perde ao longo da cadeia. A cadeia produtiva do agroextrativismo no Cerrado é incipiente e, por isso, ainda não conseguimos garantir plenamente que os agroextrativistas sejam os protagonistas na atividade, dominando vários elos da cadeia e agregando valor aos seus produtos. Nesse sentido, existe a relação com a pobreza (entendida como a falta de dinheiro) e vale questionar até que ponto devemos procurar mudar

esse quadro. Afinal, quando se vai às comunidades extrativistas, que não dispõem de muito dinheiro, mas vivem bem, pode-se ver a questão sob uma outra perspectiva.

Sandra Afonso: Comumente, em conversa com os próprios agroextrativistas, pode-se notar esse desacerto quanto às distintas noções de pobreza em jogo. Alguns dos agroextrativistas, inseridos no Programa Brasil sem Miséria, sentem-se incomodados de serem enquadrados como beneficiários desse programa. Eles não se consideram pobres ou miseráveis, justamente porque as áreas de floresta sob o seu domínio oferecem uma série de produtos que garantem a segurança alimentar, a produção de utensílios e uma série de outros elementos que fazem com que se sintam ricos. Então, é preciso problematizar essa questão da pobreza.

João D'Angelis: A associação entre pobreza e extrativismo é muito perigosa. Não podemos considerar a atividade como um estágio primitivo da economia, como se os extratores ocupassem um momento anterior na história. Este tipo de concepção é absolutamente despolitizada. Nós temos que entender quem são esses extrativistas e o nível de expropriação material que vêm sofrendo, em razão da trajetória histórica da sociedade dominante. A criação de grandes fazendas amazônicas para a produção de borracha, por operadores internacionais, impôs aos seringueiros um trabalho similar ao trabalho escravo. As grandes fazendas no Cerrado, por sua vez, foram patrocinadas e contaram com instrumentos de regularização fundiária, além do incentivo das superintendências de desenvolvimento, como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Essas fazendas se estabeleceram às custas da expropriação de comunidades extrativistas dos seus territórios tradicionais, empurrando um grande número de camponeses do Cerrado para a condição de sem-terra e sem-território. Portanto, a pobreza está associada à expropriação material dessas comunidades e não à prática extrativista. Ao contrário, essas comunidades associam o extrativismo à atividade agrícola, a fim de aproveitar novas oportunidades em circuitos de negócios. Utilizam ativos ambientais, tendo, assim, na atividade extrativista uma âncora para sua revitalização econômica.

Aldicir Scariot: Mas, de fato, a associação entre extrativismo e pobreza econômica é bastante difundida em todo o mundo, pela literatura especializada sobre o tema. Então, o perigo é exatamente o que foi colocado até aqui, pelos demais colegas, e eu estou de acordo. Mas, há também um desafio a ser enfrentado: como superar a atual situação do extrativismo, que é de relativa fragilidade, e como fazer isso para além do discurso. Penso que a solução vai passar necessariamente pela valorização econômica, mas a valorização cultural também é fundamental. Estamos falando de uma cultura, um tipo de alimentação própria, rituais muito particulares. Considerar e dar maior visibilidade a esses aspectos pode contribuir, ao meu ver, para mudar a percepção dominante que associa extrativismo e pobreza, uma percepção típica da economia convencional, para a qual o extrativismo é sinônimo de atraso. De fato, a maioria das comunidades extrativistas vem sendo expropriada de suas terras, sofrendo um processo que costumamos chamar de “encurralamento”. O norte de Minas é um exemplo de como as comunidades vêm sendo encurraladas pelos

plantios de eucalipto em larga escala, plantios que foram tomando as chapadas e deixando as comunidades confinadas aos grotões, sem acesso a qualquer política, sem energia e, sobretudo, sem água. Outra questão fundamental refere-se à pegada de carbono dessas comunidades, que é muitíssimo menor se comparada às pegadas sociedades urbanas, por exemplo. Podemos, portanto, afirmar que são comunidades mais sustentáveis. Há quem diga que a coisa mais moderna que existe é o extrativismo, pois tem pegada de carbono zero, praticamente. Não envolve insumos, nem a aplicação de adubo ou pesticidas. Coleta-se em um ano e no ano seguinte também. Por isso é que são tão importantes os parâmetros utilizados para definir pobreza ou sustentabilidade. Se formos olhar em termos meramente econômicos, o mais sustentável parece ser desmatar para implantar pasto ou monoculturas de soja. Mas, o que se avalia, considerando outras variáveis, é o *trade-off* do modelo econômico dominante.

João D'Angelis: Os produtos do agroextrativismo são de altíssimo valor agregado, tanto ambiental, quanto cultural. Mas, o que o poder público destina a esse setor? Em geral é o setor da economia que menos se beneficia de aportes públicos, sofrendo carências que vão desde os direitos fundamentais (educação, saúde, moradia) até a estrutura econômica para o desenvolvimento da produção extrativista, propriamente dita. A rigor, o que tem sido negado a essas comunidades é o direito de se desenvolverem - mas, vale lembrar, estamos falando de um outro tipo de desenvolvimento, que não corresponde ao modelo dominante. Outro aspecto importante a ser considerado é que as comunidades extrativistas (ou tradicionais) têm sido atreladas à agenda ambiental, como se fossem “sujeitos da natureza”, e não portadores de direitos e atores econômicos. Então, o que parecia ser, no contexto do movimento socioambientalista da década de 1980, uma conquista – a criação das unidades de conservação de uso sustentável - pode se constituir em uma imensa cilada, ao destituir essas comunidades do direito ao desenvolvimento, ao exercício econômico. Essa perspectiva favorece também o projeto de apropriação dos territórios das comunidades pela elite conservadora em nosso país. Daí, esse repertório imenso de primitivismo associado a essas populações. Trata-se de uma perspectiva burguesa, preconceituosa e colonial.

SeD: Dentre os poucos estudos teóricos no Brasil sobre extrativismo, destaca-se o trabalho de Alfredo K. O. Homma. Para ele, o crescimento do mercado para produtos do extrativismo pode favorecer a extinção da atividade, na medida em que, como resposta ao aquecimento do mercado, ocorram esforços para aumentar a produção, por meio da domesticação e do cultivo em escala crescente das espécies com valor econômico. No caso do Cerrado, essa tese se aplica? Há indícios de que os esforços para aumentar a oferta de produtos do agroextrativismo implicarão, em futuro próximo, na redução da diversidade de espécies em áreas manejadas do bioma?



Aldicir Scariot: Esse processo está ocorrendo com o açaí, na Amazônia; é o exemplo clássico para demonstrar essa tese de Homma. Sim, é um risco. Na medida em que cresce o preço de bens extraídos, cresce o interesse econômico por algumas espécies, o que pode levar não necessariamente a monocultivos, mas sim a cerrados monodominantes. É preciso também considerar a ecologia, porque as plantas do Cerrado têm uma vida muito longa e demoram um bom tempo para alcançar o ápice produtivo, diferentemente de uma espécie como o açaí. Um exemplo interessante é o pequi, o principal produto do Cerrado hoje: quem tentar fazer monocultivo dele vai fracassar, porque a espécie é muito suscetível a doenças e pragas. Domesticar uma árvore é muito difícil. É diferente de domesticar uma espécie como o feijão, que é uma espécie de ciclo curto. Para domesticar uma árvore, é preciso esperar dez anos até que ela tenha a primeira floração para que, então, se possa fazer cruzamentos. Assim, antes de falarmos em domesticação, devemos atentar para o risco de adoção de um modelo de produção centrado em apenas uma espécie, que implique em empobrecimento do Cerrado, por meio do manejo. Afinal, é possível subtrair espécies da paisagem, em favor de uma de maior valor econômico, apenas por meio do manejo - que é o que vem ocorrendo com o próprio açaí. Para evitar esse quadro, é preciso associar outras variáveis ao processo, como políticas públicas adequadas, que organizem a produção. Além do preço mínimo, a criação de prêmios pelo cumprimento de regras, o estímulo à adoção de certas técnicas e a certificação de origem são algumas possibilidades.

Luís Carrazza: Eu também creio que o risco aumenta com a falta de políticas públicas de valorização e de apoio às iniciativas comunitárias. Pode-se pensar em uma série de formas para essa valorização e esse apoio: incentivos fiscais e programas de fomento são algumas das frentes mais importantes. Há diversas carências no campo da produção agroextrativista (assistência técnica, crédito e outras) que dificultam a estruturação dessas cadeias. A tendência, então, é que, se não houver políticas de apoio e fomento dirigidas especificamente às comunidades, as empresas se apropriem desse mercado. Passarão a ter interesse em plantar espécies de Cerrado (em monocultivos), na medida em que a demanda do mercado aumenta, pois a oferta não está organizada e a produção de frutos do Cerrado se apresenta como uma oportunidade de negócio. Se não houver um programa para viabilizar o agroextrativismo, de acordo com o princípio da diversidade, a produção de frutos do Cerrado em monocultivo pode ser inevitável. Mas, vemos no Cerrado uma dinâmica contrária à do açaí, na Amazônia, onde o manejo tem levado ao sacrifício de outras espécies. As espécies economicamente valorizadas no Cerrado são aquelas que os agroextrativistas procuram proteger. São plantadas, mas com a perspectiva de enriquecer áreas de coleta ou recuperar áreas degradadas, reabilitando-as para a prática do agroextrativismo. A tendência, portanto, parece ser a do agroextrativismo impulsionar o enriquecimento das áreas, a ampliação de sua diversidade biológica e a conservação.

Sandra Afonso: O mais próximo que temos do açaí, no Cerrado, é a macaúba, porque ela se propaga mais facilmente e tem um tempo mais curto de produção. Ela, sim, apresenta maior potencial para o cultivo. Recentemente, com o desenvolvimento do biodiesel, a partir de diferentes espécies oleaginosas,

estabeleceu-se um mercado em torno da macaúba. Há quem pergunte: “Eu posso plantar a macaúba em Área de Preservação Permanente (APP)? Em área de Reserva Legal?” Então, estamos testemunhando um processo inicial de cultivo da macaúba. Afinal, é uma espécie de ciclo mais curto que o do pequi e talvez mais propensa a se constituir em uma espécie monocultivada.

João D’Angelis: Essa é uma outra falsa tensão. Há evidências contrárias a essa hipótese. Por isso, tendo a acreditar que o aumento da demanda constitui-se em uma tensão positiva para a conservação do ativo e ampliação de sua oferta. Esse é um princípio operativo para a totalidade dos fatores de produção, por que em produtos extrativistas você teria uma tensão negativa? Essa me parece ser uma questão ideologizada, projetada a partir da biologia da conservação, que está sempre contra qualquer uso. Houve uma mudança na percepção sobre as espécies do Cerrado, justamente em razão de sua valorização econômica, uma mudança que impele as pessoas a protegerem as áreas remanescentes de Cerrado. Há 15 anos, víamos uma grande quantidade de carvão sendo produzida a partir do pequi. Hoje, quem quer que ande com uma tora de carvão de pequi, corre o risco de sofrer represálias por parte das sociedades locais. Barú era uma madeira usada para fazer cerca de grandes fazendas. Hoje, o corte de barú é denunciado, porque a sua castanha é muito valorizada pelo mercado. Quantas áreas de coquinho azedo, em Minas Gerais, foram desmatadas para dar lugar a pastos? Mas, hoje, quem tentar fazer isso sofre represálias. Por isso, tendo a acreditar que a pressão pelo uso deve corresponder a uma ampliação da oferta, de um lado, e o desenvolvimento de uma preocupação da sociedade com a conservação da natureza, de outro. Estamos, mais uma vez, diante de um falso dilema que deriva de concepções preservacionistas, um ecologismo purista que projeta sobre o extrativismo um monte de sombras e possibilidades absolutamente especulativas.

Aldicir Scariot: Mas, por outro lado, como estamos falando de extrativismo, há que se considerar, sim, a capacidade de suporte do ambiente e das espécies exploradas economicamente. Como já mencionei, as árvores de Cerrado têm ciclos longos de desenvolvimento e riscos associados aos esforços de cultivo - como pragas, doenças, e as próprias oscilações de mercado (como o preço) -, o que restringe as perspectivas de ampliação da oferta do extrativismo. Afinal, esses fatores podem aumentar a pressão sobre as áreas remanescentes do Cerrado, porque quando cresce a demanda por produtos extrativistas, cresce também a pressão sobre essas áreas. Eventualmente essa pressão pode comprometer a reprodução das espécies ou a conservação das áreas. Mas como estamos falando de frutos, esse risco é menor, se comparado com a extração de raízes, cascas e outras partes da árvore. De todo modo, ainda que se trate, na maior parte dos casos, de frutos, é preciso garantir salvaguardas e critérios de manejo. Quanto podemos colher? Quais são os métodos de manejo? Então, voltamos à questão das políticas públicas, que devem ser desenvolvidas para orientar e apoiar esse processo.



SeD: Temos observado que os produtos do agroextrativismo do Cerrado têm adquirido uma visibilidade crescente junto à sociedade brasileira. Essa maior visibilidade está associada a mudanças nos padrões de produção e consumo desses produtos? Qual a natureza dessas mudanças?

Luís Carrazza: Existe uma crescente demanda no mercado por produtos mais saudáveis, justos, sustentáveis. Talvez essa tendência venha pressionando alguns atores econômicos a buscarem novos produtos. Mas há que se ter cautela na análise desse fenômeno. Um exemplo são os *chefs* de cozinha, que têm buscado e valorizado cada vez mais os produtos regionais. Há dez, quinze anos atrás, a culinária de alta gastronomia era de orientação francesa. Hoje, o que está em voga nos circuitos da alta gastronomia são pratos regionais ou que exploram traços culturais e ingredientes locais. Grandes nomes da gastronomia brasileira aderiram a essa tendência. Temos grandes *chefs* que utilizam os produtos da Central do Cerrado (Box 1). Alex Atala está usando em São Paulo. Aqui, em Brasília, temos Mara Alcamim. No Rio de Janeiro, trabalham os *ecochefs* do Instituto Maniva, coordenados por Teresa Corção. Fábio Sicília atua em Belém. São grandes nomes da gastronomia brasileira. É bem verdade que a gastronomia tem um poder muito grande junto à mídia - todo canal de televisão tem um programa de gastronomia, os jornais e revistas também têm cadernos especializados. Além disso, toda grande cidade tem um festival gastronômico. Os produtos do agroextrativismo têm alcançado visibilidade nesses espaços, mas não podemos tomar essa projeção social como fator de mudança significativa nos padrões de consumo desses produtos. Os *chefs* cumprem com o papel de fazerem uma boa propaganda, mas não alteram os padrões de produção e consumo, porque a escala de uso dos produtos extrativistas nesse mercado da alta gastronomia é pequena.

BOX 1 | Central do Cerrado

A Central do Cerrado é uma central de cooperativas sem fins lucrativos criada por 35 organizações comunitárias de sete estados brasileiros (Maranhão, Tocantins, Pará, Minas Gerais, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás). Elas desenvolvem atividades produtivas a partir do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado. A central funciona com uma ponte entre produtores comunitários e consumidores, oferecendo produtos como pequi, baru, farinha de jatobá, farinha de babaçu, buriti, mel, polpas de frutas, artesanatos, dentre outros, coletados e processados por agricultores familiares e comunidades tradicionais do Cerrado.

www.centraldocerrado.org.br

João D'Angelis: O mesmo vale para a indústria de cosméticos. Trata-se de um mercado milionário, mas o que se utiliza das espécies nativas para a produção de hidratantes, shampoos e outros, no final, é pouco. Em geral, a indústria de cosméticos explora a incorporação de elementos da biodiversidade em suas fórmulas como estratégia de marketing. Se tomarmos algumas das maiores empresas do

ramo no Brasil, constatamos que não compraram o equivalente a R\$5 milhões em produtos do extrativismo. Compram R\$200 mil aqui, R\$20 mil ali, R\$30 mil acolá, o que não equivale a 1% dos insumos que a empresa utiliza na produção de suas linhas de cosméticos. Ora, a Central do Cerrado ou a Cooperativa Grande Sertão (Box 2) já compraram mais produtos do extrativismo do que qualquer uma dessas grandes empresas do ramo de cosméticos, não tenho dúvida. A incorporação de espécies nativas na linha de produção dessas empresas é uma estratégia que pode ser muito boa para a economia global, para os grandes mercados, mas para o desenvolvimento regional, para a poupança local, as possibilidades são muito reduzidas. Trata-se de uma fábula que não atende ao interesse do desenvolvimento da Amazônia ou do Cerrado, pois refere-se a uma economia de meia dúzia de laboratórios, que monopolizam os mercados desses produtos. É no consumo do dia a dia que reside o grande mercado do agroextrativismo. Se a ideia for realmente considerar a produção agroextrativista como uma alternativa de desenvolvimento econômico, então o caminho é produzir alimento, e alimento para o povo local. Nesse sentido, tanto as iniciativas que envolvem a alta gastronomia quanto aquelas relativas à indústria de cosméticos só auxiliam na promoção, mas não no alavancamento da produção ou do consumo de produtos agroextrativistas.

BOX 2 | Cooperativa Grande Sertão

Fundada em 2003, a Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão se estabeleceu a partir do trabalho do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais (CAA-NM). A proposta dessa cooperativa é valorizar as culturas tradicionais e os ecossistemas naturais, por meio do beneficiamento e da comercialização de frutos do Cerrado e produtos da agricultura familiar. O carro-chefe da cooperativa são as polpas congeladas de frutas oriundas dos quintais e das áreas de Cerrado e Caatinga da região. Ao todo 18 espécies são comercializadas, como araticum, cagaita, murici, entre outras. O pequi é vendido também como polpa ou óleo. O mel, a rapadura e a cachaça também são comercializados pela cooperativa. Atualmente, a Grande Sertão tem 53 cooperados e envolve indiretamente cerca de duas mil famílias de 350 comunidades rurais do norte de Minas Gerais. Algumas delas têm na cooperativa uma importante fonte de renda.

www.cooperativagrandedesertao.com.br

Luís Carrazza: O consumo de produtos do agroextrativismo, em escala, ocorre de fato onde há tradição de consumo - no caso do pequi, por exemplo, no Norte de Minas Gerais ou em Goiás. Mas, em geral, não temos como dimensionar de forma mais precisa o consumo desses produtos, porque ele é parte de uma economia informal e de escala local. As pessoas colhem nas suas casas, no quintal, na fazenda, nem sempre o produto é vendido ou comprado em mercado, mas é amplamente consumido. Tampouco dispomos de estatísticas de comercialização desses produtos.

Aldicir Scariot: Na Coreia, há um prato típico, dado às crianças desde a mais tenra infância, porque é uma comida que compõe a identidade coreana. É muito comum haver pratos associados à identidade de cada povo. Se temos em mente um geraizeiro, não há como deixar de associá-lo ao pequi. Tendo em vista esse aspecto cultural, convém pensar em ganhar primeiro o mercado local com os produtos do agroextrativismo. Que quantidade de pequi sai da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Nascentes dos Gerais (Box 3), na safra do pequi? Cerca de 22 caminhões, cada um com 12 toneladas de pequi, em cada safra. No município de Japonvar, Norte de Minas Gerais, as pessoas interrompem as suas outras atividades no período da coleta e comercialização do pequi e dedicam apenas a elas. Mas, vale lembrar que a promoção dos produtos agroextrativistas, por *chefs* ou pela grande mídia, tem dado visibilidade também aos povos extrativistas, às comunidades tradicionais. Definitivamente, esse é um aspecto importante, porque os coloca no imaginário da sociedade brasileira.

BOX 3 | Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Nascentes dos Gerais

A RDS Nascentes dos Gerais foi criada por Decreto Presidencial, em 13 de outubro de 2014, atendendo a demanda do Movimento Geraizeiro, movimento em defesa do Cerrado e de direitos territoriais de comunidades tradicionais da região do Norte de Minas Gerais. A área designada para a reserva conta com aproximadamente 38.177 hectares, situados nos municípios de Montezuma, Rio Pardo de Minas e Vargem Grande do Rio Pardo, em Minas Gerais. Trata-se de uma importante área de nascentes, sob a gestão de 350 famílias agroextrativistas.

Luís Carrazza: Sim, essas comunidades estão saindo da invisibilidade. Afinal, no momento em que um *chef* desenvolve um cardápio com produtos do agroextrativismo, algum meio de comunicação repercute a iniciativa. Quase semanalmente a Central do Cerrado recebe uma ligação ou um email de jornalistas interessados em saber sobre a origem desses produtos. Nessas oportunidades, procuramos falar sobre a realidade das comunidades extrativistas, de seus direitos territoriais e dos desafios da conservação e uso sustentável do Cerrado. A sociedade brasileira, de modo geral, desconhece essa realidade.

SeD: Há uma crescente demanda dos grandes centros consumidores nacionais e internacionais por novos produtos, especialmente aqueles que resultem em baixo impacto ambiental e sejam alimentos saudáveis. Haveria o risco de produtos do extrativismo, ao ingressarem nesses nichos de mercado, se tornarem itens de difícil acesso para populações locais? Por quê?

Luís Carrazza: É muito pouco provável que, nos locais onde a cultura alimentar baseada em produtos do extrativismo do Cerrado é forte, as comunidades deixem de consumir esses produtos para vendê-los, com a exceção de frutos como o baru.

Muitos extratores quebram o baru, sem consumi-lo, destinando toda a produção para o mercado. O baru tem se revelado grande potencial econômico. A indústria o está absorvendo na produção de barrinhas de cereal. Há também empresas de panificação interessadas. Mas, não há tradição de consumo do baru entre as comunidades extrativistas e por isso não há uma mudança no padrão de consumo dessas comunidades em favor do mercado. Mas, se focalizarmos o pequi, o quadro é diferente. Dificilmente o goiano, o mineiro, o tocantinense vai deixar de comer pequi, para destinar toda a sua produção para o mercado, como fazem algumas comunidades com relação ao baru.

SeD: Que inovações no campo da produção, do processamento e/ou da comercialização de produtos do extrativismo surgiram nos últimos anos e merecem destaque?

Sandra Afonso: No campo da produção, eu destacaria os avanços em termos do desenvolvimento de técnicas de manejo. O Aldicir Scariot é um dos que mais têm investido esforços nesse sentido. Tem sido muito importante o trabalho desenvolvido pela Embrapa nesse campo, definindo diretrizes para a coleta e o manejo de produtos extrativistas. Não dispúnhamos de um acúmulo dessas diretrizes

Aldicir Scariot: Podemos considerar uma inovação o surgimento e o fortalecimento das cooperativas agroextrativistas? Ao meu ver, são novidades o surgimento e a consolidação de cooperativas, como Cooperativa Sertão Veredas, Cooperativa Grande Sertão, COOPERJAP, COOPABASE (Box 4) além de outras. Essas cooperativas enfrentam dificuldades, mas auxiliam sobremaneira na organização da produção agroextrativista e na comercialização de seus produtos.

BOX 4 | Cooperativas agroextrativistas do Cerrado

Nos últimos 10 anos, várias cooperativas de produção agroextrativista foram criadas no Cerrado, muitas das quais no norte e noroeste de Minas Gerais, como é o caso da Cooperativa Sertão Veredas, da Cooperativa dos Produtores Rurais e Catadores de Pequi de Japonvar (COOPERJAP), e da Cooperativa da Agricultura Familiar Sustentável com base na Economia Solidária (COOPABASE). Essas cooperativas se constituíram a partir da organização de comunidades extrativistas em torno da produção de derivados de pequi (óleo, pasta, farinha, raspa) e de outros frutos do Cerrado, como buriti, cajuzinho, coquinho azedo, mangaba, araticum, araçá, além de produtos da agricultura familiar, como açúcar mascavo, rapadurinha, mel, farinha de mandioca, dentre outros. Além de se dedicarem à produção e comercialização agroextrativista, essas cooperativas contribuem para iniciativas de recuperação da biodiversidade, por meio do plantio de espécies nativas do Cerrado.

João D'Angelis: Merece destaque a contribuição substantiva de políticas públicas de apoio ao setor, nos últimos anos. Algumas políticas têm induzido processos organizativos. É claro que há limites nesse processo. Refiro-me especificamente ao papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nessa agenda (Box 5). As operações de compra de produtos do agroextrativismo por parte desse programa, de 2009 para cá, giraram em torno de R\$95 milhões. A expectativa é de que ao final de 2014 as operações cheguem a mais de R\$100 milhões, frente a um volume total de operações de R\$2 bilhões. Esse é um dado muito significativo, especialmente se compararmos esse desempenho com o dos produtos orgânicos, que nesse mesmo período chegaram a R\$18 milhões em transações. Ou seja, a produção agroextrativista superou em cinco vezes o volume de operações de produtos orgânicos no âmbito do PAA, a despeito da ausência de uma política estruturante dirigida ao setor e que deveria incluir instrumentos de crédito e assistência técnica.

BOX 5 | Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Instituído pelo artigo 19, da Lei 10.696/2003, o PAA contribui para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento de mercado institucional de alimentos. Esse mercado compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos, permitindo que os agricultores familiares estoquem os seus produtos para serem comercializados a preços mais justos. O programa propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Os produtos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial, equipamentos públicos de alimentação e nutrição, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos, além de famílias em situação de vulnerabilidade social.

Seguramente, os R\$100 milhões em compras de produtos do agroextrativismo promoveram a criação e o fortalecimento das cooperativas nesse setor. Podemos afirmar que o PAA deu uma boa contribuição para o surgimento e fortalecimento dessas cooperativas. Mas, não podemos nos esquecer das agendas lideradas pela sociedade civil, que também deram sustentação a esse processo. O Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS) (Box 6), por exemplo, ao longo de mais de 10 anos, indiscutivelmente contribuiu para a estruturação de muitas iniciativas econômicas no Cerrado, que hoje estão na base dessas cooperativas mencionadas por Scariot e que são, por sua vez, as que mais acessam o programa público de compras do governo federal.

BOX 6 | Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS)

O PPP-ECOS foi criado para apoiar projetos de organizações não governamentais e de base comunitária que desenvolvam ações que geram impactos ambientais globais positivos, combinados com o uso sustentável da biodiversidade. Sob a coordenação técnico-administrativa do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), o PPP-ECOS é um dos poucos programas no Brasil que direcionaram o seu apoio exclusivamente para o bioma Cerrado durante muitos anos. A partir de 2013, o PPP-ECOS passa a apoiar projetos na Amazônia, na região do arco do desmatamento nos estados do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins, e no bioma Caatinga.

www.ispn.org.br

Luís Carrazza: Concordo que houve muitos avanços nas políticas públicas e que o PAA é, dentre essas políticas, a maior inovação. Na verdade, é uma política que já era operada em favor do agronegócio e que, agora, beneficia também os agroextrativistas. Há, portanto, uma apropriação dessa política, bem como de outras, que não são novas, mas que antes eram restritas à agricultura patronal e não alcançavam a agricultura familiar. De forma semelhante, há apropriações de ferramentas de mercado por parte das organizações de produção agroextrativista, ferramentas que também não são novas, mas constituem uma novidade para o setor. Reconheço também inovação na própria estruturação do mercado agroextrativista, porque antes havia uma dependência muito grande do agroextrator em relação ao atravessador. Mas, sobretudo na última década, houve um amadurecimento bastante rápido das organizações de produção e de assessoria aos agroextrativistas (ou seja, das organizações não governamentais de apoio à produção), quanto à opção pelo ingresso desses produtos no mercado. Em parte, esse processo foi, se não pautado, estimulado pela cooperação internacional. Há 20 anos, as tensões entre capitalismo e socialismo faziam com que as organizações vissem o ingresso no mercado como uma heresia, uma capitulação que contradizia os seus posicionamentos anticapitalistas. Hoje, esse é um debate relativamente superado e as organizações de produção agroextrativista buscam claramente uma inserção no mercado. Além disso, há muita inovação tecnológica em curso, mas essas inovações ocorrem sem coordenação, são respostas espontâneas aos impasses tecnológicos para a coleta, o pré-beneficiamento, o processamento, a conservação e o transporte de produtos. Nesse processo, as organizações de produção dialogam muito pouco com os centros de pesquisa e universidades. Assim, vão desenvolvendo saídas para os desafios que se impõem à produção, processamento e comercialização de seus produtos, mas não contam com o apoio do poder público. Além disso, as tecnologias desenvolvidas não são difundidas; permanecem como soluções locais. Conheço dezenas de diferentes máquinas de baru (para a quebra da castanha) desenvolvidas pelas diferentes organizações,

sem qualquer intercâmbio entre elas. Tampouco essas máquinas estão disponíveis no mercado para venda.

SeD: Além do PAA, que outras políticas de apoio à agricultura familiar (e, por extensão, ao extrativismo) têm apresentado bons resultados nos últimos anos e, por isso, merecem destaque?

João D'Angelis: Mais recentemente, a Política de Garantia de Preço Mínimo de Produtos da Biodiversidade (PGPM-Bio) (Box 7) também passou a ter uma operação muito significativa no ambiente amazônico. Foi especialmente uma indutora do soerguimento da cadeia da borracha e da castanha na Amazônia e, na Bahia, da cadeia da piaçaba. A política de garantia de preço mínimo pressupõe uma intervenção pública para garantia de uma renda mínima aos extrativistas. Se o preço de mercado declina, o governo entra na transação e compensa. Ou seja, dá sustentação à permanência da atividade em tempos de crise. Há também um potencial não explorado para os empreendimentos do Cerrado. Para dar uma ideia desse potencial, o orçamento total da política de preço mínimo e formação de estoque público do governo federal gira hoje em torno de R\$4,5 bilhões a R\$5 bilhões. Desse montante, e de forma simplificada, R\$2,5 bilhões correspondem aos recursos destinados à formação de estoque, enquanto R\$2,5 bilhões são destinados ao pagamento de subvenções e prêmios para produtos da agricultura brasileira integrantes da pauta da PGPM. Dessa cota de R\$5 bilhões, o instrumento de que dispomos para apoiar a agricultura familiar, e que por extensão é destinado às comunidades tradicionais, é a PGPMBio, que tem um orçamento de cerca de R\$120 milhões. Embora seja o único instrumento existente, é um instrumento operado ainda muito aquém do seu potencial, porque é pouco conhecido. A PGPMBio apresenta uma série de inovações, que favorecem as transações com extrativistas e as suas organizações de produção: é possível pagar diretamente ao produtor, sem exigência de uma organização de mediação, sem custos de transação, sem exigência de projeto ou credenciamentos prévios. Afinal, vale lembrar que a PGPM é um desses instrumentos de intervenção no agronegócio, que chega a transferir R\$800 milhões para um único produtor de algodão. São mecanismos ágeis e que já vinham sendo operados para o apoio à grande produção. Mas, é possível criar uma cesta de serviços de apoio à comercialização de produtos extrativistas, colocando uma lupa nas especificidades, para não transportarmos esses serviços, sem adequação, da realidade amazônica ou do agronegócio brasileiro, para o contexto do Cerrado. Mas, isso é um esforço que exige alcançar um espaço maior nas instituições que gerem a agenda da garantia do preço mínimo. Hoje, esse espaço é restrito. Finalizando, devemos reconhecer as inovações dessas políticas públicas indutoras e as iniciativas criadas pela sociedade que contribuíram para a estruturação do setor agroextrativista no Cerrado. Há 15 anos, inexistiam essas cooperativas ou a rede de negócios.

BOX 7 | Política de Garantia de Preço Mínimo de Produtos da Biodiversidade (PGPM-Bio)

Por meio da PGPM-Bio o governo paga aos extrativistas a diferença entre o preço mínimo - estabelecido pelo governo federal - e o preço de mercado. Atualmente, 84 municípios em 11 estados operam a PGPM-Bio, que engloba 15 espécies: açaí, andiroba, babaçu, baru, borracha, cacau, castanha, carnaúba, juçara, macaúba, mangaba, pequi, piaçava, pinhão e umbu. Os extrativistas podem acessar a PGPM-Bio individualmente ou por meio de cooperativas e associações. Segundo dados da CONAB, de 2009 a junho de 2014, a PGPM-Bio teve 52.219 acessos, com a execução de pouco mais R\$17,5 milhões.

Sandra Afonso: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Box 8), não é específico para o extrativismo, mas estabelece um percentual mínimo para a agricultura familiar, o que também tem feito diferença em termos de compra dos produtos agroextrativistas.

BOX 8 | Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Embora o PNAE tenha sido criado ainda na década de 1950, o seu marco legal (Lei 11.947) só foi sancionado em 2009. A lei reconheceu a alimentação como direito humano e garantiu destinação obrigatória de, no mínimo, 30% dos recursos do programa para a compra de alimentos da agricultura familiar, por meio de chamadas públicas de compra, com dispensa de licitação. O PNAE garante a alimentação escolar dos alunos da educação básica em escolas públicas e filantrópicas. O seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos para contribuir na aprendizagem e rendimento, bem como promover hábitos alimentares saudáveis.

João D'Angelis: Tem havido um evidente crescimento no acesso a esse programa pelos extrativistas, em detrimento do PAA, Brasil afora. As cooperativas em Minas Gerais vendem cada vez mais para o PNAE, porque todo mundo está de olho na agenda das compras institucionais. Afinal, trata-se de um mercado muito mais simples, mais fácil de se ajustar ao negócio extrativista. Há uma perspectiva de, nos próximos anos, termos uma cesta de instrumentos que permita aos empreendimentos extrativistas dispor de opções e acioná-las, conforme o seu próprio perfil. A chance de termos sucesso econômico com essa nova geração de instrumentos é bem maior, se comparada à dependência que já houve em relação ao PAA, por exemplo. A perspectiva para os próximos anos é termos uma curva de crescimento exponencial na participação de empreendimentos extrativistas junto a novos instrumentos, como o PNAE.

Aldicir Scariot: Atualmente, o PNAE é uma das políticas mais interessantes que temos no país. Isso porque estamos falando também da educação de crianças. Incluir produtos do extrativismo na alimentação escolar contribui para a criação de hábitos alimentares, que podem persistir por toda a vida dos estudantes, em benefício da saúde deles e da geração de renda e trabalho para extrativistas.

Sandra Afonso: Vale destacar também os avanços recentes na assistência técnica, que passou a incorporar a dimensão da gestão dos empreendimentos extrativistas, o que contribui para que as cooperativas do setor funcionem melhor. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) hoje tem um programa, o Mais Gestão (Box 9), para apoiar as cooperativas na gestão do negócio, o que não é uma atividade fácil. Afinal, estamos falando de extrativistas que se tornaram empreendedores, necessitando desenvolver novas habilidades e competências para levarem adiante a gestão autônoma de suas cooperativas. Que a assistência técnica passe a olhar para os desafios da gestão é um avanço que tem apenas dois ou três anos. Até há pouco tempo, a assistência técnica só focalizava a produção.

BOX 9 | Programa ATER Mais Gestão

O Mais Gestão é um programa da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado em 2013. Tem como meta assessorar 500 cooperativas da agricultura familiar no Brasil, visando aprimorar a gestão dessas organizações para a sua inserção nos mercados de comercialização, privados e público, como o PAA e PNAE. É o primeiro programa do Governo Federal que focaliza a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na gestão de cooperativas da agricultura familiar.

SeD: Quais os impasses que persistem na estruturação e consolidação das cadeias do extrativismo do Cerrado?

João D'Angelis: Avançamos muito pouco foi em tecnologias de processamento. De modo geral, não conseguimos criar instrumentos de ciência e tecnologia para gerar informações e inovações tecnológicas de apoio à estruturação dessas cadeias.

Aldicir Scariot: De fato, não há investimento para a pesquisa tecnológica orientada para o agroextrativismo e os centros de pesquisa estão desligados da realidade. São raros os editais de apoio à pesquisa nesse campo. Para superar essa deficiência seria preciso haver investimento sistemático em pesquisa e desenvolvimento tecnológico no setor.

Luís Carrazza: Algumas pastas do governo federal são fundamentais para se alcançar esse intento, como Ciência, Tecnologia e Inovação; Integração Nacional; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. São ministérios importantes que deveriam estar tratando do assunto. Mas, não há uma orientação de governo que

atribua prioridade à estruturação e consolidação das cadeias do agroextrativismo. Afinal, o que está por trás é uma disputa sobre o modelo de desenvolvimento para o país. Esse é o ponto. Se consultarmos o Plano da Sociobiodiversidade, veremos que todas essas questões encontram-se refletidas em seu texto, mas as ações propostas não saíram do papel. Nem sequer os ministérios que propuseram o plano conseguiram se articular entre si.

João D'Angelis: Nos últimos 12 meses ocorreu a implementação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) (Box 10). Quem se propuser a conhecer o balanço desse plano, que deve sair nos próximos dias, verá que os resultados são muito significativos, mesmo com o processo eleitoral ocorrido ao longo deste ano. Os mapas das chamadas de assistência técnica foram modulados pela agenda da agroecologia e cobrem metade do país, em uma ação com escala extraordinária. Eu tenho visitado instituições que eram pequenas e que hoje contam com quadros técnicos ampliados, com 30, 40 profissionais para atuarem na assistência técnica de orientação agroecológica. Agora, é preciso observar, mais adiante, as modificações que esse processo venha a gerar no mundo real, qual será a retaguarda em termos de produção de conhecimento, e quais os *inputs* na área de pesquisa que serão mobilizados. Quais as possibilidades de se criar a partir dessa agenda um círculo virtuoso em termos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico? Se for criado um ambiente de inovação - e me parece que há um potencial extraordinário para isso - podemos alcançar outro patamar, uma outra situação para a agricultura familiar e o agroextrativismo. Essas chamadas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no campo da agroecologia têm foco especial sobre as regiões em que ocorre o extrativismo. Afinal, essa própria política é tributária das dinâmicas de organização da sociedade civil e movimentos sociais ligados ao campo socioambiental; por isso é dada uma atenção especial ao extrativismo. Afinal, a base social potencial para uma agenda de sustentabilidade é, em grande parte, constituída pelas comunidades extrativistas.

BOX 10 | Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO)

O PLANAPO é uma política pública do Governo Federal, criada em 2013, para ampliar e efetivar ações que orientem o desenvolvimento rural sustentável. O PLANAPO é o principal instrumento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). O volume de recursos a serem aplicados nos três anos de execução do PLANAPO (2013-2015) é de R\$8,8 bilhões.

Sandra Afonso: Tentando identificar as dificuldades persistentes, vale ainda mencionar a questão do pagamento por serviços ambientais que esses produtos ofertam. Essa é uma reivindicação antiga, a de ter um adicional no pagamento por esses produtos, além de um selo próprio para diferenciá-los no mercado, em reconhecimento aos serviços que prestam à sociedade brasileira e global.

Luís Carrazza: Sim, há essa questão do pagamento por serviços ambientais, mas conviria também pautar o estabelecimento de sobretaxa para produtos que têm custos sociais e ambientais ainda não incorporados. Assim, os produtos agroextrativistas, que oferecem mais benefícios sociais e geram menos custos ao país, em termos de saúde e conservação da biodiversidade, poderiam ser favorecidos com uma tributação relativamente menor. Do contrário, a sociedade segue subsidiando o agronegócio. Todo o custo (social e ambiental) que não é internalizado nessa produção acaba sendo pago pelo cidadão. Talvez a competitividade resida em internalizar esses custos na grande produção e não em adicionar o pagamento por serviços ambientais aos produtos agroextrativistas.

João D'Angelis: Ao se adequar um conjunto de instrumentos econômicos, operados pelo governo, é possível ter efeitos de adicionalidade que mitiguem essas distorções apontadas por Luís Carrazza. O preço mínimo é um desses instrumentos.

Luís Carrazza: Outro impasse que persiste para os extrativistas refere-se à burocracia excessiva para operar grande parte das políticas públicas de apoio à agricultura familiar. Estamos falando de um público com carências históricas no acesso à educação e infraestrutura.

SeD: Quanto ao futuro, quais seriam os pontos centrais na construção de uma agenda positiva para o agroextrativismo do Cerrado?

Luís Carrazza: A ATER diferenciada, que inclua assistência aos processos de organização social e gestão dos empreendimentos, é um ponto importante para superar o abismo que existe entre os agroextrativistas e os mercados mais estruturados. É preciso também desenvolver estruturas de organização que ofereçam condições para que o agroextrativismo alcance escala de produção, com qualidade, para atender às demandas de mercado. O desenvolvimento da logística, por meio do estabelecimento de parcerias estratégicas - seja para o processamento ou distribuição dos produtos agroextrativistas - também está na ordem do dia. A perspectiva que tem orientado a estruturação dos empreendimentos agroextrativistas no Cerrado pressupõe que os agroextrativistas façam a gestão de todos os elos da cadeia, até o produto final, mas há muitas dificuldades para realizar esse ideal. Por isso, é preciso pensar em um arranjo interinstitucional, que integre comunidades, organizações da sociedade civil, poder público e atores do setor privado. Outro ponto que deveria ser incorporado a uma agenda programática é avançar nos sistemas de controle sobre as operações realizadas entre empresas e comunidades agroextrativistas, em torno da compra e venda de produtos e do acesso a conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, de modo a garantir uma repartição justa de benefícios.

João D'Angelis: Na Amazônia, se fala muito em infraestrutura de escala para o extrativismo: ferramentas e serviços, obras de integração, de modais, de transporte e de estrutura industrial de processamento e para o desenvolvimento de produtos. Mas, o que seria uma infraestrutura de escala para o agroextrativismo no Cerrado?

Nós não temos um parque tecnológico, de oferta de tecnologia, infraestrutura e equipamentos para o processamento. Para o complexo do babaçu, que é localizado e significativo, o negócio é totalmente incipiente. O mesmo vale para a macaúba. O desenvolvimento de estruturas de armazenamento de óleo específicas para esses produtos, que envolvem questões relativas à incidência de luz - porque há óleos que reagem à luz, são fotossensíveis - deve envolver uma agenda de infraestrutura de escala para o agroextrativismo, com participação do setor privado, de processadores, das cooperativas, de governos dos estados, municípios e da União. As experiências do Acre desmistificam uma série de tabus relativos ao Estado empreendedor, como inadequado para a contemporaneidade. O Estado empreendedor tem sido visto como uma estrutura arcaica, característica da primeira metade do século XX. Ora, o Acre desenvolve uma experiência inspiradora, baseada na atuação do Estado como parceiro na estruturação de negócios do extrativismo. Nós devemos rever essa posição contrária à intervenção do Estado, enquanto empreendedor. Olhemos para a Europa. Costumamos ver somente os aspectos liberais da experiência europeia, mas qual é a participação dos Estados Nacionais em setores da economia, que no Brasil há muito tempo foram entregues ao capital privado? O setor de transportes em Portugal e na França contou com a intervenção do Estado. Por que não podemos construir parcerias empresariais com o Estado, como investidor na estruturação de negócios com potencial estratégico? Do ponto de vista dos arranjos, uma abordagem em termos de Arranjos Produtivos Locais (APLs) é inadequada para o agroextrativismo no Cerrado, porque está orientada para a microescala, para a estruturação de negócios pequenos e próximos uns dos outros, que compartilham entre si oportunidades e estruturas. O contexto do Cerrado é diferente, pois há negócios espalhados por uma área extensa, o que dificulta as conexões. Nesse contexto, o conceito das rotas da integração talvez seja mais apropriado, já que se trata de uma realidade marcada pela dispersão, com atores muito distantes entre si, incluindo processadores e potenciais parceiros. Esse é um ponto que pede atenção, sem dúvida, para uma agenda positiva: como construir arranjos de cooperação e infraestrutura de escala apropriados ao contexto do Cerrado?

Por fim, há a questão dos direitos territoriais de comunidades agroextrativistas. Se não avançarmos em soluções nesse campo, tudo o que se reconhece como virtude na atividade agroextrativista será superado pelo modelo hegemônico de desenvolvimento econômico. Temos no Brasil uma estrutura agrária bastante concentrada e uma economia centrada em empresas âncoras. Se não garantirmos a manutenção dos territórios sob domínio das comunidades agroextrativistas, eles serão incorporados ao mercado de terras e o agroextrativismo só poderá sobreviver se for apropriado por outros atores econômicos (produtores de média escala, processadores etc.), sem falar nos efeitos em termos de exclusão social dessas comunidades. Mas, é preciso construir instrumentos de acesso ao território adequados às comunidades e aos seus contextos específicos. Não estamos, portanto, falando das categorias do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), tampouco de reforma agrária. É preciso avançar no debate e construção de

categorias próprias a cada fisionomia regional, de modo a garantir o acesso ao território, com respeito às especificidades.

Aldicir Scariot: Devemos considerar também os acordos de uso, como a Lei do Babaçu Livre (Box 11). Ao entrevistar extrativistas de araticum, no Distrito Federal, recentemente, incluí a seguinte pergunta: você colhe o araticum na sua terra ou em outro lugar? Muitos extrativistas responderam que colhem em suas propriedades, mas também em propriedades vizinhas. Em alguns casos, surgem conflitos socioambientais e fazendeiros chegam a cortar os pés de araticum para impedir a continuidade da coleta em suas propriedades. Então, o básico é o acesso ao recurso.

BOX 11 | Lei do Babaçu Livre

Criada em 2007, a Lei do Babaçu Livre (Lei 231/2007) proíbe a derrubada de palmeiras de babaçu nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Goiás e Mato Grosso, com exceção de áreas destinadas a obras ou serviços de utilidade pública ou de interesse social. A lei cria também regras para a exploração da espécie, prevendo a emissão de relatório de impacto ambiental e autorização de órgão competente para atividades de manejo que impliquem em cortes de espécimes.

Sandra Afonso: Sim, pois se, em alguns casos não é possível o acesso ao território ou essa não é propriamente a demanda, deve-se garantir pelo menos o acesso ao recurso, como garante a Lei do Babaçu Livre. Trata-se de abordagens diferentes, mas é preciso considerá-las igualmente, especialmente no Cerrado, onde já temos grande parte das terras sob propriedade privada.

João D'Angelis: Infelizmente, o Brasil ainda não se deu conta da importância dessa agenda, embora tenhamos metade de nosso território sob florestas.

NOTAS

1 BURSZTYN, M. Alguns temas da questão setentrional: Contribuição ao debate sobre um projeto para a Amazônia brasileira. In: SAYAGO, D.; TOURRAND, J. F.; BURSZTYN, M. (orgs.). **Amazônia: cenas e cenários**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003, p. 295-319.

2 NEUMANN, R.P.; HIRSCH, E. **Commercialisation of non-timber forest products: review and analysis of research**. Bogor, Indonesia: Center for International Research (CIFOR) and Rome, Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), 2000; SUNDERLIN, W.D.; DEWI, S., PUNTODEWO, A. **Poverty and forests: multi-country analysis of spatial association and proposed policy solutions**. CIFOR Occasional Paper, nº 47. Bogor, Indonesia: Center for International Forestry Research, 2007.

3 HOMMA, A.K.O. Sinergia de mercados para a Amazônia: produtos do setor primário. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, Série Antropologia, 18 (2), 2002.

4 Idem.